Fronteiras, do Ministério da Administração Interna, referente a 31 de Dezembro de 2004 se encontra afixada para consulta.

Da referida lista cabe reclamação, a deduzir nos termos e prazos estabelecidos nos artigos 96.º e 98.º do citado decreto-lei.

28 de Abril de 2005. — O Chefe do Departamento de Gestão e Administração de Recursos Humanos, *António José dos Santos Carvalho*.

Aviso (extracto) n.º 4919/2005 (2.ª série). — Nos termos do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, torna-se público que a lista de antiguidade do pessoal da carreira de investigação e fiscalização do quadro de pessoal do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, do Ministério da Administração Interna, referente a 31 de Dezembro de 2004 se encontra afixada para consulta.

Da referida lista cabe reclamação, a deduzir nos termos e prazos estabelecidos nos artigos 96.º e 98.º do citado decreto-lei.

28 de Abril de 2005. — O Chefe do Departamento de Gestão e Administração de Recursos Humanos, *António José dos Santos Carvalho*.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Departamento Geral de Administração

Despacho (extracto) n.º 10 375/2005 (2.ª série):

Ilza Maria Correia Madureira Constantino, assistente administrativa especialista do quadro único de vinculação do pessoal dos Serviços Externos do Ministério dos Negócios Estrangeiros — despacho de 25 de Fevereiro de 2005, nomeando-a, em comissão de serviço extraordinária, pelo período de um ano, para o exercício efectivo das funções correspondentes à carreira técnica, após o que, e havendo parecer favorável da secretaria-geral, poderá ser provida definitivamente na categoria de técnica do mesmo quadro de pessoal. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

21 de Abril de 2005. — O Director, *Renato Pinho Marques*.

Despacho (extracto) n.º 10 376/2005 (2.ª série):

Maria Fernanda Geracina Carvalho Simões, técnica superior de 2.ª classe do quadro I do pessoal do Ministério dos Negócios Estrangeiros, pessoal técnico superior, em regime de licença sem vencimento para exercício de funções em organismo internacional, para exercer funções na UNMISSET em Timor-Leste — despacho do secretário-geral de 12 de Abril de 2005 autorizando a renovação da referida licença sem vencimento até ao dia 15 de Julho de 2006. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

27 de Abril de 2005. — O Director, *Renato Pinho Marques*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento

Despacho n.º 10 377/2005 (2.ª série). — Nomeio a licenciada Maria Elisa Silva Saloio, assessora principal do quadro de pessoal do Departamento de Prospectiva e Planeamento, para desempenhar as funções de adjunta do meu Gabinete, ao abrigo dos artigos 2.º, 4.º e 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 Julho, sendo para o efeito requisitada àquele Departamento.

21 de Abril de 2005. — O Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento, *Manuel Pedro da Cruz Baganha*.

Direcção-Geral da Administração Pública

Despacho n.º 10 378/2005 (2.ª série). — Por meu despacho de 15 de Abril de 2005:

Teresa do Céu Vieira da Luz Gonçalves, técnica superior principal do quadro de pessoal do Instituto Nacional de Investigação Agrária e das Pescas — nomeada definitivamente, precedendo concurso e obtida confirmação de declaração de cabimento orçamental da 3.ª

Delegação da Direcção-Geral do Orçamento, assessora do quadro de pessoal desta Direcção-Geral, indo ocupar o lugar deixado vago pela candidata classificada em 1.º lugar e que foi abatida à lista de classificação final dos candidatos ao concurso (quota externa) por desistência da mesma. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

20 de Abril de 2005. — A Directora-Geral, *Maria Ermelinda Carrachás*.

Direcção-Geral de Protecção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública (ADSE)

Aviso n.º 4920/2005 (2.ª série). — Concurso interno de acesso misto para provimento de 54 lugares da categoria de assistente administrativo especialista do quadro de pessoal da Direcção-Geral de Protecção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública (ADSE), aberto pelo aviso n.º 8442/2004, (2.ª série), publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 199, de 24 de Agosto). — 1 — Nos termos do n.º 6 do artigo 38.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, faz-se público que o projecto da lista de classificação final e acta que define os respectivos critérios relativos ao concurso em epígrafe se encontram afixados nas instalações desta Direcção-Geral, sitas na Praça de Alvalade, 8 e 18, em Lisboa.

2 — De acordo com o n.º 1 do citado artigo 38.º os interessados dispõem do prazo de 10 dias úteis, contados a partir da data da publicação do presente aviso na 2.ª série, para dizerem, por escrito, o que se lhes oferecer sobre a classificação final e ordenação dos candidatos, podendo o processo de concurso ser consultado na Praça de Alvalade, 18, em Lisboa, na Direcção de Serviços de Administração desta Direcção-Geral, de segunda-feira a sexta-feira, das 10 horas e 30 minutos às 12 horas e 30 minutos, e das 14 horas e 30 minutos às 16 horas e 30 minutos.

29 de Abril de 2005. — O Presidente do Júri, *Eliseu Gonçalves Fernandes*.

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 10 379/2005 (2.ª série). — 1 — Ao abrigo do disposto nos artigos 35.º a 40.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro, delego no Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar, Dr. Manuel Lobo Antunes, com faculdade de subdelegação, a competência para despachar todos os assuntos relativos aos seguintes órgãos e serviços centrais do Ministério da Defesa Nacional, incluindo a autorização para a realização de despesas no âmbito dos respectivos orçamentos, nos termos definidos nos artigos 4.º e 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho:

- a) Secretaria-Geral;
- b) Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar;
- c) O desenvolvimento de uma política integrada do Governo para os assuntos do mar, em articulação com os demais ministérios com intervenção neste domínio;
- d) Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental;
- e) Autoridade Marítima Nacional;
- f) Cruz Vermelha Portuguesa;
- g) Acompanhamento da Agência Europeia de Segurança Marítima, em articulação com o Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações;
- h) A competência relativa à definição das orientações estratégicas do Instituto Hidrográfico, bem como o acompanhamento da sua execução em articulação com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior;
- i) Participar, em articulação com os Ministérios das Obras Públicas, Transportes e Comunicações e do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, na definição das orientações estratégicas do Instituto Português dos Transportes Marítimos, bem como no acompanhamento da sua execução;
- j) Participar, em articulação com o Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, na definição das orientações estratégicas das entidades do sector empresarial do Estado com atribuições no domínio da administração dos portos, bem como no acompanhamento da sua execução;